

DESAFIOS DO PROFESSOR DIANTE DAS DIVERSIDADES

Patrícia Maria de Souza Barbosa ¹

Pollyana Brandão Gomes²

polly.matipo@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: CIÊNCIAS HUMANAS

RESUMO

O objetivo do presente artigo é destacar como o professor em sala de aula consegue lidar com a deficiência dos alunos e trabalhar assim o raciocínio e a concentração deles. O trabalho é uma pesquisa qualitativa descritiva que utilizou como método de estudo a observação. Com a introdução do Psicólogo nas escolas este artigo vem abordar a importância da implementação da educação inclusiva nas escolas, como também de promover a formação destes alunos. O trabalho aqui exposto buscou uma visão do professor em sala de aula, seus conflitos e como sua ajuda está fazendo com que o aluno com Deficiência Intelectual consiga aprender. Podemos destacar também a abordagem que o Psicólogo pode realizar juntamente com o professor.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia, Escola, Professor, Deficiência Intelectual.

1. INTRODUÇÃO

Os professores que trabalham com alunos com Deficiência Intelectual (DI) apresentam uma dificuldade na manutenção das práticas pedagógicas em sala de aula; a aplicação de conteúdos que são distantes da realidade do aluno, muitas das vezes gera uma possibilidade de aprendizagem mais dificultada também a mesma. Oliveira (2002, p.303), apud Valentim, Oliveira (2013, p. 859), cita:

A escola necessariamente precisa encontrar novos caminhos para o atendimento educacional ao aluno com deficiência, levando-o à superação das funções elementares e à apropriação das funções superiores ou culturais, já que a vida não é a existência natural, da natureza biológica, mas sim a produção de novas condições de existências criadas, pelo próprio homem.

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade Univertix.

² Psicóloga (UNEC), especialista em Educação Especial, Saúde Mental, Docência do Ensino Superior, Psicanálise (FACEC, UCAM, UNIVÉRTIX, FUTURA), mestranda em Saúde Pública (EMESCAM) e professora do Curso de Psicologia Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

O trabalho possui como objetivo destacar como o professor em sala de aula consegue lidar com a deficiência dos alunos e trabalhar assim o raciocínio e a concentração dos mesmos. A escolha do tema justifica-se pela observação realizada no estágio, realizado na escola, onde pode-se estar em contato com a professora que demonstrou ter dificuldades em sua sala de aula com alunos que tem esta diversidade no aprendizado.

Através do relato dela e da convivência na sala de aula durante o estágio, a observação de alunos que tem a dificuldade de aprendizado, de compreensão, estava bastante evidente. O referido artigo vem para destacar a atuação do professor em sala de aula com alunos com Deficiência Intelectual (DI) e como esses alunos podem ser acompanhados e superados suas dificuldades.

Trabalhos como estes são importantes para que todos possuam mais conhecimento sobre o tema, já que as Deficiências sejam elas quais for estão cada vez mais presente na sociedade, e principalmente nas escolas.

O objetivo do presente artigo é destacar como o professor em sala de aula consegue lidar com a deficiência dos alunos e trabalhar assim o raciocínio e a concentração dos mesmos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo GIL (1991), citado por Capellini e Rodrigues (2008), a legislação de todos os países tem sido um meio muito importante para acabar com a discriminação, visando a inserção na sociedade, na educação de todos os cidadãos.

As reformas apresentadas na área educacional atingem a organização da educação brasileira, principalmente a partir da lei nº 9.394/96 – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.

O Artigo 21 da LDBEN (Lei nº 9.394/96 de 20 de Dezembro de 1996) “A educação escolar compõe-se de: I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II educação superior. Constituem ainda a educação básica a educação de jovens e adultos e a educação profissional. A educação especial é reconhecida no artigo 58 com “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidade especiais.” (Brasil 1996)

Para Bueno (2001), citado por Capellini e Rodrigues (2008), a integração escolar deixava contida a visão acrítica da escola, pois julgava que a escola regular conseguia educar os considerados alunos normais e que o problema das deficiências estava centralizado nas crianças portadoras de necessidades. A inclusão escolar determina que as diferenças humanas são esperadas, no entanto, distingue que a escola atual tem incitado ou destacado as desigualdades associadas a existência das diferenças de origens pessoais, sociais, culturais e políticas e sugere uma reestruturação do sistema didático proverá uma educação de qualidade para todos.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacional (PCN):

Isso envolver: “compreender, conviver e produzir com os outros, percebendo distinções entre as pessoas”, assim como “se colocar do ponto de vista do outro” e “refletir sobre seus próprios pensamentos.” (BRASIL. 1997, p.47)

Para Mrech (1998), o funcionamento de uma escola inclusiva envolve acompanhamento constante do projeto pedagógico, com base técnica a todos os participantes – escola, alunos, pais. Uma das questões é a organização da equipe técnica que promoverá um professor mais preparado e atento as informações apropriadas a aceitação da dificuldade da criança, dos seus métodos de aprendizagem, além de novas alternativas, para a execução de formas mais adequadas de trabalho, criando novas formas de elaboração do processo de ensino-aprendizagem, direcionadas às necessidades dos alunos e aos parâmetros efetivos de avaliação do rendimento escolar. É fundamental a compreensão, por parte dos professores, da necessidade de ir além das fronteiras em que as crianças se colocam para leva-las a alcançar o máximo de suas competências. Para isso devem-se oferecer oportunidades de desenvolvimento aos membros integrantes do projeto, por meio de grupos de estudo, cursos, palestras, especializações, etc., mantendo ambientes educacionais flexíveis e estratégias educativas baseadas em pesquisas.

Para Carvalho (1997), a inclusão é um “processo” e este evolui gradativamente. Este pensamento ocorre como uma quebra de paradigma numa cultura que exclui o que é diferente.

Mas quando se fala em inclusão em sala de aula, a perspectiva implica mudanças nos currículos, nas formas de avaliação, dos gestores e funcionários das escolas, a formação dos professores e educadores, de uma política educacional mais democrática.

Stainback e Stainback (1999) destacam três componentes básicos que precisam ser interligados no processo inclusivo:

- 1) O componente organizacional, incluindo direção, coordenação, supervisão, orientação e toda rede de apoio,
- 2) O trabalho em equipe, no qual docentes e técnicos trabalham juntos no planejamento e na implementação de programas visando à integração de todos os alunos e,
- 3) Relacionado ao ambiente em sala de aula, que deve ser acolhedor e facilitador do processo de aprendizagem possibilitando a todos os alunos a aquisição de habilidades indispensáveis pertinentes no contexto social.

De acordo com Oliveira (2002, p.357):

Muitos professores isentam-se de qualquer responsabilidade, culpando o meio socioeconômico e cultural do aluno, afirmando que a incapacidade está no mesmo ou, ainda, que o aluno não é dedicado ou não se esforça para aprender o que lhe é ensinado.

O autor também defende que as classes especiais ou escolas especiais iria limitar o processo de aprendizagem, pois além das condições orgânicas, a experiência de interação social é necessária para a contribuição da forma significativa do aprendizado. (OLIVEIRA, 2002)

Durante este processo de ensino da criança com dificuldade, deve-se levar em conta que a tarefa será em passos menores, etapas devem ser eliminadas, ajuda precisa ser dada para os alunos neste momento como: copiar os enunciados para a criança com dificuldade para escrever, prover acompanhamento durante as tarefas, busca esta perto da criança no momento que esta demonstrar dificuldades na sala de aula. Mas necessita conhecer a potencialidade da criança, pois muitas passam por programas educativos reduzidos.

Carlos e Bartalotti (2001) destacam que em uma Política de Educação Inclusiva em implantação, deve ser possível vislumbrar ações em pelo menos três aspectos básicos: o político (administrativo e organizacional), o educacional e o pedagógico.

Oliveira (2002, p.37) coloca que “um educador, a partir de um bom conhecimento do desenvolvimento do aluno, poderá estimulá-lo de maneira que todas as áreas, como psicomotricidade, cognição, afetividade e linguagem, esteja interligadas.”

Para Rodrigues (2006), o número de alunos por sala é frequentemente apontado como uma barreira para o desenvolvimento de práticas inclusivas. O que parece intervir nesta visão é que com menos alunos o professor poderia oferecer atendimento individual. O autor destaca que o ensino específico só existe se houver um aluno por professor, reforçando que pouco importa a quantidade quando há planejamentos e a aplicação de programas nos quais os alunos possam compartilhar conteúdos e atividades.

Um outro ponto de vista frequente relacionado à escola foi a falta de estrutura de uma equipe técnica e a falta de materiais adequados. Faleiros (2001) e Sant'Ana, citado por Capellini e Rodrigues (2008), encontraram em suas pesquisas, relatos de professores quanto à carência de salas de apoio para alunos com deficiências, com fornecimento de materiais didáticos, informações especializadas e auxílio para os alunos.

Com todas essas colocações Freire (1993, p.9), acrescenta que “não posso continuar sendo humano se faço desaparecer em mim a esperança”

3. METODOLOGIA

O presente artigo é um estudo desenvolvido no Estágio Básico do curso de Psicologia da Faculdade Univértix, que abordar os desafios do professor em uma sala de aula, onde há uma diversidade com relação à abordagem de ensino.

O trabalho é um pesquisa qualitativa descritiva onde o método de análise de dados foi a observação de campo em uma escola localizada na Zona da Mata Mineira, representando essa, 40 horas de observação in loco.

Segundo Denzin e Lincoln (2006), apud Augusto (2014) a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem analista do mundo, o que significa que seus investigadores estudam as propriedades em seus cenários naturais, tentando entender os acontecimentos em termos dos significados que as pessoas a eles verifica.

Seguindo essa linha de argumentação, Vieira e Zouain (2005), apud Augusto (2014) afirmam que a pesquisa qualitativa concede uma importância fundamental aos depoimentos dos interpretes sociais envolvidos, as reflexões e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa considerada pela descrição detalhada dos fenômenos e dos fundamentos que o envolvem.

Para a pesquisa bibliográfica foram utilizadas busca nas plataformas Scielo, Google acadêmico, teses de doutorado e dissertações de mestrados.

4. CATEGORIAS EMERGENTES DE COLETAS DE DADOS

O discurso de inclusão para todos, com princípios éticos que celebram as diferenças, a igualdade para todos, a valorização da diversidade, o aprendizado, a solidariedade e o direito a todos de terem uma educação de qualidade e digna é o que leva os professores a demonstrarem que a educação destes alunos com algum transtorno precisa acontecer, é assim um direito adquirido e precisar ser preservado.

Segundo Paro (2001, p. 10) apud Michels (2006, p. 406)

Não há dúvida de que podemos pensar na escola como entidade que pode contribuir para a transformação social. Mas, uma coisa é falar de suas capacidades... uma coisa é falar “em tese”, falar daquilo que a escola poderia ser. [...] outra coisa bem diferente é considerar que a escola que aí está já esteja seguindo essa função. Infelizmente essa escola é sim reprodutora de certa ideologia dominante... é sim negadora dos valores dominados e mera ratificadora da injustiça social, na medida em que recoloca as pessoas nos lugares reservados pelas relações que se dão no âmbito da estrutura econômica.

Durante muito tempo acreditava-se que as pessoas com deficiência não iriam aprender os conteúdos acadêmicos ensinados nas escolas, que a aprendizagem acadêmica não estaria dentro de suas possibilidades. Sabemos que alguns alunos com algum grau de deficiência apresentam limitações e que estas abreviam suas possibilidades escolares, que se não forem amparadas iram gerar uma exclusão desse aluno, pois haverá rotulações desnecessárias.

A maioria dos profissionais traz em seus diálogos a necessidade de mostrar o que esta ocorrendo dentro das 4 paredes da sala de aula; neste momento o professor passa a ser o identificador o que sai da sala regular, levanta e encaminha para o pedagogo o que esta se passando com seu aluno, suas dificuldades, seus limites. Esta avaliação é muitas das vezes importantíssimo para entender o que se passa com este aluno, o momento que ele estava vivenciando.

Neste contra posto podemos citar Aranha, (2000), onde coloca que cada comunidade dever organizar-se para distinguir o perfil de seu educando, as necessidades educandos presentes, desenvolver ensaios pilotos para reproduzir o

conhecimento sobre as práticas e metodologias mais efetivos e fortalecer o pedagógico consistente com os resultados das avaliações.

Mas a partir do momento que existe um laudo, uma avaliação o que pode ser realizado para o aprendizado em sala de aula? Como proceder com este laudo em mãos e a informação já declarada de que este aluno não irá aprender de forma contínua como os outros? Como este aluno não ser rotulado como um CID (Classificação Internacional de Doenças) e ter um desenvolvimento no seu aprendizado.

Stainback e Stainback (1999) consideraram que para a elaboração do currículo inclusivo, o professor deverá questionar-se sobre a capacidade dos alunos de envolver-se com a atividade da mesma forma que os demais, as possíveis modificações ou o suprimento de tecnologia de apoio e quais expectativas devem ser modificadas para garantir a total participação do aluno na aula.

Mas há fatores que dificultam a inclusão escolar, uma delas é a abordagem educacional fundamentada nos problemas dos alunos, que ocorre devido a deficiências que a criança necessita de um ensino especial e que terá melhor desempenho em ambientes onde demais também tenham dificuldades semelhantes.

Para Mrech (1998) devem-se oferecer oportunidades de desenvolvimento aos elementos participantes do projeto, por meio de grupos de estudo, cursos etc., mantendo ambientes educacionais flexíveis e estratégias educativas baseadas em pesquisas.

Outra alternativa do professor é buscar orientação por meio de informações, trocas de experiências com pessoas que tenham algum envolvimento com crianças com necessidades especiais, neste momento destacamos os pais, entidades de apoio às crianças especiais. Assim poderá contribuir para uma dinâmica pedagógica, facilitar a atuação e a relação do professor com o aluno dentro da sala de aula.

Para André (1999), diversificar é ter a disposição de buscar estratégias para trabalhar com os alunos que apresentam maiores dificuldades e a autora recomenda: evitar a indiferença diante da diferença.

O documento Adaptações Curriculares alertou que a escola não precisa adotar um novo currículo, mas sim de:

... planificação pedagógica e nas ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que

formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem e; como e quando avaliar o aluno. O conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos alunos (BRASIL, 1999, p. 33).

Oliveira (2002, p.37), em relação ao educador, diz: “Um educador, a partir de um bom conhecimento do desenvolvimento do aluno, poderá estimulá-lo de maneira que todas as áreas, como psicomotricidade, cognição, afetividade e linguagem, estejam interligadas”.

Nas escolas podemos notar um agravante no processo de inclusão: o grande número de alunos colocados na mesma sala de aula, o espaço físico inadequado para comporta-los. O ambiente acolhedor propicia uma segurança e um encorajamento para o aluno, o professor precisa desta segurança também, pois precisa lidar com limitações que geralmente ser confrontado no âmbito escolar.

Para Rodrigues (2006) o número de alunos por sala é frequentemente apontado como uma barreira para o desenvolvimento de práticas inclusivas. O que parece transpor essa visão é que com menos alunos o professor poderia oferecer atendimento individual. O autor destaca que o ensino individual só existe se houver um aluno por professor, ressaltando que pouco importa a quantidade quando há planejamento e a aplicação de projetos nos quais os alunos possam partilhar conteúdos e dinâmicas.

Mantoan (2007) concorda com Rodrigues (2006), quando diz que não é o número de alunos que dificulta a inclusão de todo e qualquer aluno, mas sim as práticas de ensino que estão sendo adotadas no ensino normal.

Para Denari (2006) a escola deve organizar-se de forma a possibilitar que a criança aprenda conteúdos específicos a seu nível de desempenho. As adequações curriculares poderiam permitir que as crianças com deficiência se apropriassem o quanto possível dos conteúdos expostos.

Todavia, Ferreira (2006) mostra que a escola ainda oferece poucas oportunidades às crianças, uma vez que as matrículas de crianças deficientes no ensino regular, concentram-se entre 7 e 13 anos de idade revelando que, antes e depois destas idades, a educação regular não tem serviços disponíveis.

Ferreira (2006) delinea o perfil do novo professor da escola inclusiva: deve ser capaz de trabalhar adjunto, de refletir sobre sua prática, de elaborar novas práticas,

avaliar sua efetividade e transformá-la acordo com a exigência da escola, do seu aluno e da comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos nota que hoje em dia há uma grande preocupação com o aprendizado dos alunos. A presença da psicóloga no campo escolar, pode demonstrar esta grande evolução que esta ocorrendo na educação.

A análise e a ajuda do profissional da Psicologia serão de grande evolução para a área escolar, pois estes iram estar capacitados a identificar os problemas de um aluno e ajuda-lo a enfrentar a suas dificuldades e não deixar ao cargo da professora somente esta avaliação e identificação.

Sendo assim, um grande desempenho dos educadores em conviver com conflitos em sala de aula e conseguir trazer uma solução, tanto para o aluno especificamente envolvido, como também para a não exclusão deste aluno a uma educação digna.

6. REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. (Org.). **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. Campinas: Papirus, 1999. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5782/4203%3E>. Acesso em: 27/04/2019.

ARANHA, M.S.F. Inclusão social. In: Manzini, E.J. (Org.). **Educação Especial: temas atuais**. Unesp. Marília-Publicações, 2000. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5782/4203%3E>. Acesso em: 27/04/2019.

AUGUSTO, C.A, SOUZA, J.P, DELLAGNELO, E.H.L, CARIO, SILVIO A.F. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Saber **RESR**, Vol. 51, Piracicaba – São Paulo, Fevereiro de 2014.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 02/05/2019.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação

Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 02/05/2019.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais – adaptações curriculares: estratégias para educação de alunos com necessidades especiais.** Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Fundamental, 1999. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5782/4203%3E>. Acesso em: 27/04/2019.

CAPELLINI, V.L.M.F, RODRIGUES, O.M.P.R. Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 355-364, set./dez. 2008.

CARVALHO, R.E. **A nova LDB e a Educação Especial.** Rio de Janeiro: WVA, 1997. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5782/4203%3E>. Acesso em: 27/04/2019.

DE CARLO, M.M.R.; BARTALOTTI, C. C. (Org.). **Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas.** São Paulo: Plexus. Editora, 2001. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5782/4203%3E>. Acesso em: 27/04/2019.

DENARI, F. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus Editorial, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5782/4203%3E>. Acesso em: 27/04/2019.

FERREIRA, J.R. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, D. (Org.) **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus Editorial, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5782/4203%3E>. Acesso em: 27/04/2019.

FREIRE, P. Nós podemos reinventar o mundo. **Revista Nova Escola.** São Paulo, n. 71, p. 8-13, nov. 1993.

MICHELS, M.H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

MRECH, L. M. O que é educação inclusiva? **Revista Integração**, Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Especial, C. 8, p.37-40, 1998. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5782/4203%3E>. Acesso em: 27/04/2019.

OLIVEIRA, G.C. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5782/4203%3E>. Acesso em: 27/04/2019.

REIS, R.L, ROSS, P.R. **A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular.** Universidade Federal do Paraná, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2216-8.pdf>. Acesso em 27/04/2019.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal)feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus Editorial, 2006. p. 299-318. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5782/4203%3E>. Acesso em: 27/04/2019.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Um guia para educadores.** Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 1999 (Original publicado em 1986). Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5782/4203%3E>. Acesso em: 27/04/2019.

VALENTIM, F.O.D, OLIVEIRA, A.A.S. Avaliação da aprendizagem e deficiência intelectual na perspectiva de professores do ensino comum. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 13, n. 40, p. 851-871, set./dez. 2013.